
AS INFORMAÇÕES, A DEMOCRACIA
E A DEFESA NACIONAL

AS INFORMAÇÕES, A DEMOCRACIA E A DEFESA NACIONAL

I — AS INFORMAÇÕES

Creio que se pode dizer que a necessidade da informação surgiu com as primeiras aspirações do homem. É que o desejo de saber antecipadamente sempre esteve e está enraizado no instinto da sobrevivência. O homem sempre quis saber para onde vai, com o que pode contar e quais os perigos que o ameaçam.

A informação é pois uma actividade natural, por vezes instintiva, quer se considere que é indispensável para se actuar da forma mais conveniente, quer se considere que é fundamental para se obter segurança. Refiro-me à informação com o sentido de «intelligence», isto é, à informação que não se preocupa apenas com a descrição do que existe ou do que ocorre, mas também, e principalmente, com a necessidade de entender, de tirar conclusões adequadas daquilo que se conhece.

O homem, porque tem a faculdade de conceber, pode colocar-se no passado, no presente e no futuro. Recorda, julga, relaciona, compreende, prevê e decide, baseado na razão. E assim, acumulando conhecimentos úteis, pode determinar com maior ou menor precisão o rumo ou o sentido de acontecimentos futuros. A actividade de informação que nos interessa é pois a que trabalha todos os elementos úteis que se podem reunir antes de tomar uma decisão.

Em cada caso, é necessário que se tenha conhecimento do tipo de factores que determinam uma dada situação e saber quais são as tendências futuras. Esse conhecimento é composto, peça por peça, a partir de um grande número de factores individualizados, que têm que ser reunidos e relacionados metodicamente, com base num sólido conhecimento geral e absoluta percepção da própria situação e da actuação de amigos e de adversários.

Por mais estranho que possa parecer, grande parte dos conhecimentos que se podem pretender estão ao alcance de todos. Há apenas que os compilar, analisar, interpretar. Outra parte pode obter-se observando, ouvindo, procurando elementos com perspicácia e paciência, por vezes adoptando técnicas especiais, mas sem sair duma actividade absolutamente normal. Uma pequena e última parte, no entanto, só se pode obter agindo secretamente e por vezes incorrendo em riscos que podem ser muito sérios. A missão dos serviços de informações cobre as três partes.

Interessa no entanto salientar que a frente coberta por operações secretas deve ser tão limitada quanto possível, pois a informação coberta é cara, intermitente e de pouca confiança, pelo que só deve ser pedida quando todos os meios abertos se tiverem revelado impotentes.

Por outro lado, também interessa salientar que a informação pública constitui fonte inesgotável, muito fácil de obter, mas pode ter carácter falso, dado propositadamente ou não. Alguns órgãos de informação, incluindo os dos Governos, por vezes publicam apenas o que interessa que seja conhecido, o que pode não condizer com a realidade. No entanto, a imprensa, principalmente a especializada, pode fornecer informações que levariam anos a recolher, com o trabalho de muitos homens e o dispêndio de elevadas quantias.

Seja qual for a sua natureza e o nível em que se situa, a informação é uma tarefa vulgar e uma necessidade evidente. E, porque resulta sempre do estudo e interpretação de elementos parcelares e diversificados, é também uma actividade essencialmente intelectual.

Tudo o que é susceptível de ter interesse para o conhecimento que pretendemos, quer seja um documento, a descrição dum facto, ou um material qualquer que possa ser examinado, é designado, nos regulamentos militares, por notícia. Para obter o que chamamos informação, teremos que passar, com mais ou menos trabalho, por duas fases distintas, mas intimamente ligadas. Na primeira fase, depois de se analisar a situação, reúnem-se todos os elementos disponíveis, e pesquisam-se os que são considerados necessários. Como se compreenderá, a reunião para trabalho de todos os elementos disponíveis pode constituir um trabalho exaustivo, quer em arquivos próprios, quer no exterior.

Os bons serviços de informações dispõem actualmente de centros de documentação, que adoptam técnicas sofisticadas para classificação e indexação de documentos, microfilmagem para arquivo e computadores para

recuperação automática e tratamento de documentos, mantendo ainda ligações com outros centros análogos, o que amplia a sua capacidade de fornecer elementos úteis.

As notícias consideradas necessárias e de que não se pode dispor, terão que ser pesquisadas, quer por órgãos próprios do serviço, quer solicitando a colaboração das entidades ou organismos mais adequados, sejam ou não especializados em informações.

Na segunda fase, à medida que elementos úteis são obtidos, vão sendo estudados pelos analistas, para se determinar o grau de confiança que merecem, quer a origem de cada notícia, quer o órgão de pesquisa utilizado, para se apreciar o autêntico valor da notícia e para se determinar a sua verosimilhança relativamente ao que já se conhece. Seguidamente, faz-se a interpretação da notícia, isto é, determina-se o seu significado, avaliam-se os seus elementos mais representativos e por fim integra-se o conhecimento obtido nos conhecimentos que já possuímos. Só então teremos informação

Porque não se deve sobrecarregar os analistas com notícias de origens equívocas ou inúteis, mantendo-os por outro lado à margem dos melhores indicadores daquilo que realmente se passa, devemos em cada caso recorrer às origens de notícias que mais e melhor possam dar, sejam elas quais forem. E, para que se possa realmente conhecer uma dada situação, devem procurar-se os elementos necessários em tantas origens quantas forem convenientes, começando sempre pelas que estão em melhores condições de as dar correctamente. Por estes motivos, quer quem solicita as informações, quer quem está em situação de contribuir com elementos válidos, deve compreender que nada deve ocultar quanto ao que conhece do assunto em causa.

Como facilmente se aceita, as informações, porque são conhecimento, não têm limitações.

Mas, é evidente, não são só conhecimento em si mesmo, têm uma finalidade prática, isto é, devem ser utilizadas. Porém, as informações não são utilizadas pela pessoa ou pelo organismo que as produz. Destinam-se a facilitar e a melhorar o trabalho de entidades estranhas ao serviço produtor. As informações não definem políticas, não estabelecem planos, não executam acções, não marcam objectivos. São subsidiárias de isto tudo, executam uma função de apoio, uma função de serviço. O seu papel consiste em garantir que os executantes se encontrem bem informados, ficando por detrás deles, com o livro aberto na página exacta, chamando a atenção para os factos que podem estar a desprezar e, a seu pedido, analisando situações de alternativa, sem indicar qualquer preferência.

A necessidade de elucidação e de orientação das informações é evidente, pois o seu pessoal não faz parte do mundo em que é utilizado o conhecimento que produz, em que é planeada a acção, em que é decidida a forma de execução. As informações devem pois estar muito próximas da política, dos planos, das operações, para directa ou indirectamente se aperceberem do que realmente se pretende, mas não tão próximo que percam a sua objectividade e integridade de apreciação. E não podem ser verdadeiramente úteis, se não conhecerem a mentalidade dos utilizadores e merecerem a sua confiança.

A falta de elucidação e de orientação exacta e oportuna, pode ser a principal causa para o pior mal que pode afectar as informações. Este mal é a irresponsabilidade. As informações perdem a vontade de participar no que se pretende alcançar e perdem o impulso para prestar a contribuição necessária ao esforço conjunto, se não forem compreendidas, apoiadas e orientadas. Sentem-se satisfeitas por obter informações sem se preocupar com o que pode estar por detrás delas, sem tentar obter sentido do que parece não o ter.

As informações podem servir diferentes níveis, referir-se a diversas áreas de interesse, ter vários graus de oportunidade, mas o seu valor só em cada caso concreto pode ser determinado. Sem qualquer subordinação pedagógica ou regulamentar, ao nível em que nos situamos, podemos considerar os seguintes aspectos das informações:

— Quanto à área de interesse:

— Informações internas — as que dizem respeito à política interna e à segurança interna.

— Informações externas — as que dizem respeito à política externa e à segurança internacional.

— Quanto ao âmbito:

— Informações operacionais — as que dão conhecimento de factos com interesse imediato, para planeamento ou condução de actividades de alcance limitado no tempo e no espaço.

— Informações estratégicas — as que proporcionam conhecimentos de factos com interesse imediato ou potencial, para planeamento ou condução de actividades de âmbito estratégico.

— Quanto à natureza:

- Informações básicas — relativas a conhecimentos já consolidados e catalogados em todos os campos de actividade, destinados a manter actualizados e a melhorar estudos de informações já executados.
- Informações correntes — relativas a acontecimentos recentes e actuais, em todos os campos de actividade, e que proporcionam dados de valor imediato aos responsáveis pela política e pela segurança.

Para além destes aspectos ou tipos de informações interessa salientar as estimativas, porque nelas se consubstancia todo o trabalho e todo o valor da informação. As estimativas são conhecimentos relativos à previsão das possibilidades ou probabilidades de acontecimentos futuros. São produzidas com base em todas as informações existentes sobre determinados assuntos, acompanhadas de interpretação de determinados aspectos, possíveis ou prováveis. Chega-se assim à função primordial do trabalho de informações, que é a de analisar todos os dados de que se dispõe acerca de futuros acontecimentos, de forma a torná-los úteis aos formuladores e executores da política nacional. De posse desses dados, os governantes poderão enfrentar com conhecimento de causa os problemas essenciais em confronto com os possíveis antagonismos e pressões.



Analisados os aspectos fundamentais da informação é indispensável referirmo-nos à contra-informação, conjunto de actividades do âmbito da segurança e inseparável da informação.

A contra-informação tem dois aspectos essenciais: evitar a actividade de informações do adversário potencial ou de facto, e proteger pessoas, materiais, instalações e nossas actividades contra as actividades de informação, subversão e sabotagem desenvolvidas pelo inimigo.

No mundo actual, em que amigos e adversários tudo procuram saber nos mais diversos ramos da actividade humana e em que decerto temos entre nós alguns traidores e agentes estrangeiros, se quisermos preservar os nossos interesses e defender os nossos direitos, temos necessariamente que entrar nesse jogo subtil e por vezes amargo que é a contra-informação. Na realidade hoje subornam-se pessoas, desde as mais modestas às mais importantes,

roubam-se ou compram-se informações sobre aviões, novos produtos farmacêuticos os cosméticos, desenhos de modas, de instalações ou de aparelhos, projectos de defesa ou de ataque, modelos de novas armas, relatórios sobre situações diversas, conservações privadas, histórias e biografias com passagens cuja divulgação origina escândalos, movimentando-se nestas tarefas enormes quantidades de dinheiro.

Por outro lado, as actividades de subversão, e por vezes de sabotagem, designadamente a propaganda e o terrorismo, estão de tal forma espalhadas, que quase a elas nos habituámos. Actividades clandestinas, por vezes pouco nítidas, principalmente a subversão, vão no entanto minando lentamente as estruturas e o moral das populações, até que consigam o ambiente adequado ao desenvolvimento de acções decisivas.

Particularmente entre nós, jovem democracia, em que ainda se confunde liberdade com libertinagem e onde muitos pensam que só têm direitos e não deveres, muitas atitudes e actos, possíveis pela confusão que ainda nos envolve, contêm em si um nítido propósito de subversão.

A contra-informação inclui a adopção de medidas de segurança de diversa natureza. A mais complexa e sensível é a contra-espionagem.

Em sentido lato, a contra-espionagem não é apenas o conjunto de actividades que têm por fim detectar o espião, aquele espião que nos é familiar de livros e de filmes. Nem se deve limitar a vigiar os estrangeiros e a verificar a lealdade de funcionários em posição de destaque ou em lugares sensíveis, incluindo os funcionários dos serviços de informações. A contra-espionagem tem também que descobrir o que pode interessar aos serviços estrangeiros, o que podem procurar esses serviços, como procedem, que espécie de agentes têm e quem são. A contra-espionagem está ligada com a agressão directa, mas também com a subversão e a sabotagem.

Porque o assunto é muito importante, quer assim o entendamos, quer não, pois está intimamente ligado à segurança nacional, passo a resumir os principais objectivos da contra-informação:

- Preservar o sigilo das nossas informações, impedindo, dificultando ou neutralizando as actividades de informações adversas.
- Garantir a segurança de pessoas, de documentos, de materiais, de instalações e de actividades, consideradas sensíveis e importantes.
- Conhecer as estruturas e finalidades dos serviços de informações adversos dentro ou fora do país.

- Identificar as estruturas de subversão adversas e os agentes nacionais e estrangeiros de sabotagem, de terrorismo e de espionagem.
- Identificar e bloquear as acções adversas de natureza psicológica, em particular as de propaganda, que visem influenciar a opinião pública ou enfraquecer o moral da população.
- Identificar os agentes da criminalidade organizada com fins políticos.

A contra-informação e a informação estão tão intimamente ligadas que por vezes se confundem. Na realidade, é pela informação que se conseguem materializar algumas medidas de contra-informação e, por outro lado, ao adoptar medidas de contra-informação, obtêm-se muitas vezes elementos úteis à informação. Quer isto dizer que se não houver serviços de informações eficientes, não pode haver contra-informação eficaz, o que, evidentemente, pode pôr em causa a segurança nacional.

*
* *
*

Gostaria ainda de referir uns aspectos da actividade de informações pouco conhecidos, mas que têm no entanto muito interesse principalmente quando as informações são tratadas num organismo independente, que serve outras estruturas ou entidades que têm finalidades muito diversas, como é o caso dos serviços de informações.

Um dos aspectos pode considerar-se psicológico. Quando se encarregam as informações de determinado trabalho, excluindo a quase totalidade das pessoas que colaboram numa tarefa colectiva, essas pessoas podem sentir que alguém as considera de menos confiança ou menos brilhantes e que lhes foi dito «não se preocupem, há quem pense por vós» ou «sempre que quiserem saber alguma coisa, perguntem às informações». Para muita gente, a existência das informações, com os seus métodos próprios, com a confiança que devem merecer, com justificados segredos, com os conhecimentos que necessariamente vão acumulando, pode conduzir a um tipo de ressentimentos indesejáveis.

Um outro aspecto está ligado à segurança, aqui com o sentido de segredo com que certos assuntos devem ser tratados.

Quem planeia e executa a política, por inerência lida com segredos de Estado cuja revelação é susceptível de comprometer seriamente alguns

aspectos da governação ou até da vida nacional. Do mesmo modo, o pessoal das informações também tem os seus segredos, que não pode divulgar, pois são a essência do serviço. Como se compreenderá, não se pode dizer sem correr graves riscos ou perder eficiência, quais são em cada caso as origens das notícias, quais são as pessoas que obtiveram determinadas informações, que métodos de trabalho foram utilizados, quais os resultados obtidos etc. E, evidentemente, não se podem dizer a uma entidade segredos que são de outra entidade.

A segurança e as suas regras formais são realmente uma necessidade absoluta. A primeira regra de segurança consiste em que o segredo seja conhecido pelo menor número possível de pessoas. Quando tal regra é rigorosamente aplicada pelas informações, os utilizadores podem ter dúvidas legítimas quanto à validade do trabalho. Quando são os utentes a fazê-lo, dão aos produtores de informações uma boa razão para não compreender o que realmente se pretende e podem fornecer elementos incompletos ou inúteis.

Um último aspecto que pode dar origem a possíveis dificuldades de relação é a compreensível relutância, por parte dos utilizadores das informações, em tomarem atitudes ou empreenderem uma acção, baseados em conhecimentos que outros lhes comunicam. No fim de contas, se alguém se sair mal, não serão provavelmente os produtores das informações. É pois fácil aos utentes adoptarem uma atitude expressa na pergunta retórica «será que as informações se preocupam em fazer um trabalho perfeito, se afinal não é o pescoço deles que está em jogo?» Daqui podem resultar sentimentos de desrespeito, de incompreensão e de descrédito para com o trabalho dos que não têm o peso da responsabilidade na acção desenvolvida.

As informações, evidentemente, estão sujeitas a cometer erros. Porque lhes põem problemas que exigiriam a omnisciência divina, porque não se lhes concede o tempo necessário, porque não se reuniram as condições indispensáveis à execução do trabalho e, naturalmente, porque se trata de uma actividade humana. Concordemos porém que se trata de uma tarefa muito complexa e ingrata. No entanto, quando as informações cometem erros ou apresentam soluções inadequadas, a reacção é frequentemente de incompreensão e de azedume. Esquecem-se muitas vezes os utentes dos erros que cometem dispondo de informações correctas. Mas, de qualquer forma, parece haver menos tolerância para com as informações do que para com outras actividades.

II — OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

Os países que querem conduzir os seus próprios destinos e não se resignam a viver ao sabor dos acontecimentos, têm serviços de informações.

Porque a sua organização está necessariamente ligada ao regime e às estruturas políticas de cada Estado e às suas necessidades e possibilidades, é natural que de país para país os serviços apresentem sensíveis dissimilaridades. Assim, não se pode estranhar que não haja dois serviços com muitas analogias e é compreensível que não possa haver termo de comparação entre os serviços de uma grande potência com responsabilidades e interesses a nível mundial e os de um pequeno país com limitada extensão territorial e pequena projecção política e económica. E, evidentemente, também há profundas diferenças entre a organização e a natureza das actividades de serviços de países democráticos e de países de regime totalitário.

De qualquer forma, semelhantes ou muito diferentes, como característica comum, os serviços de informações não têm geralmente o apoio e a simpatia das populações. Uma vez porque não se trata propriamente de serviços de informações, mas sim de organismos policiais, que além de informação fazem principalmente repressão, caso da KGB; outras vezes porque se lhe endossam muitos dos males reais, suspostos ou imaginários, que afligem o nosso planeta, caso da CIA.

Mas, notemos, não se acusam serviços pelas suas actividades de informações.

De qualquer forma, porém, os povos detestam o sigilo. Sentem que existe algo de sinistro e perigoso, quando se encobrem actividades. Pode ser o princípio de uma forma autocrática de domínio, ou uma capa para os erros cometidos. Por estes motivos, é difícil persuadir os povos livres de que pode ser de interesse nacional a execução de actividades classificadas, cujos resultados normalmente não podem ter difusão. Mas toda a gente deve compreender que não é um organismo de informações que ameaça a nossa liberdade. O perigo reside em não estarmos adequadamente informados sobre os perigos que temos de enfrentar. E, devemos aceitar, não se pode esperar que sejam evidentes os actos hostis, ou que tenha sido decidida uma actuação contra nós, para então se proceder em conformidade com o perigo. Por isso, com todos os defeitos e virtudes, reais ou imaginários, os serviços de informações existem.

Nos países democráticos, os serviços não podem ter competência para tomar decisões, nem para desempenhar funções executivas fora do âmbito

das informações, constituindo simplesmente um órgão de acessoria, servidor dos órgãos do poder que são independentes nas suas deliberações.

Mas, se bem que sejam órgãos de apoio, os serviços de informações devem ocupar no Estado um lugar apropriado, pois as suas funções não podem ser executadas por um serviço relegado para um segundo plano e dirigido por pessoas sem autoridade ou incompetentes. Terão que contar sempre com o apoio e o incentivo do Governo, pois sem isso não podem resistir aos ataques que sofrem. No entanto, e isto é muito importante, os serviços de informações, embora apoiando a governação, não podem correr o risco de se tornar numa ferramenta através da qual o partido político no poder tire benefícios de ordem partidária. A semelhança das Forças Armadas, os serviços de informações servem pátrias e não ideologias políticas.

Não podendo proclamar os seus sucessos, mas vendo muitas vezes os seus insucessos apregoados, os serviços de informações devem ter um permanente desejo de anonimato e a sua organização, quando vista do exterior, deve parecer opaca e confusa.

Subordinadas as suas actividades a legislação que os órgãos de soberania podem alterar sempre que entendam conveniente, controlados, por força da lei, por diversas entidades e sujeitos a críticas dos órgãos de comunicação social e da opinião pública, os serviços de informações de países democráticos não são susceptíveis de criar perigos que mentes deformadas, mal informadas ou até mal intencionadas, possam imaginar.

No entanto, é evidente que se os serviços de informações não forem competentes e honestos, podem originar situações difíceis e até muito graves, facultando informações falsas, quer por incapacidade, quer para esconder a sua incompetência, quer ainda por pensarem pura e simplesmente, que são essas que os governantes querem ouvir.

Como é natural, os serviços de informações têm acompanhado as vicissitudes da história e a ela estão ligados ou para ela contribuíram de forma mais ou menos significativa.

Porque sempre se aprende com a experiência alheia e me parece útil, gostaria de narrar alguns episódios da longa e interessantíssima história das informações.

No século V a. C., o sábio chinês Sun Tzu escreveu que «a previsão era a razão pela qual o príncipe esclarecido e o general prudente venciam o inimigo quaisquer que fossem os seus motivos». Interessante salientar que Sun Tzu refere a «previsão» como uma necessidade tanto do político como do militar e esclarece «o que se chama previsão não pode ser revelado pelos

espíritos, nem pelos deuses, nem por analogia com os acontecimentos passados, nem pelo cálculo; deve ser obtida por homens que conheçam a situação do inimigo».

Inúmeros exemplos de revelação de intenções e de colheita de informações nos dão a mitologia e a história da religião cristã. A Bíblia relata que quando Moisés estava no deserto com os filhos de Israel, foi chamado pelo Senhor que lhe ordenou que enviasse um chefe de cada uma das tribos de Israel «para espiar a terra de Canaã» e Moisés deu-lhes instruções para «verem a terra, como era ela e o povo que ali habitava, se era fraco ou forte, pouco ou muito». Parece pois que já há mais de dois mil anos que os israelitas se preocupam com as informações.

As histórias da Grécia e de Roma contam muitos casos interessantes em que se pode atribuir às informações o sucesso verificado e os grandes conquistadores, Alexandre e Aníbal, comprovadamente dedicaram mais importância à espionagem que os seus predecessores e contemporâneos.

Durante a Idade Média, em 1066, o rei Harold da Inglaterra, conhecedor do valor da informação, pôde estar de posse de todos os conhecimentos que lhe interessavam, antes de Guilherme o Conquistador desembarcar em Hastings. Ele próprio havia estado na Normandia e vira o exército normando. Sabia que Guilherme planeava um ataque e calculou com grande exactidão as datas indicadas para o embarque e para o desembarque, bem como os locais. Ainda na Idade Média, os mais graves erros políticos na Europa Ocidental foram cometidos devido, em grande parte, a deficiências de informação. Os governantes europeus constantemente procuraram enfraquecer Bizâncio, em vez de a fortalecer como um baluarte contra as invasões do Leste, não reconhecendo os perigos criados pela pressão mongol na direcção do ocidente. Subestimando a ameaça turca durante o período em que os otomanos consolidaram o seu poder, não estavam bem informados sobre os eslavos do Leste, sabiam ainda menos sobre o mundo muçulmano e ignoravam quase completamente o que se passava na Ásia Central e Oriental.

O famoso livro de Marco Pólo contém material que teria sido útil para a informação estratégica, mas esse aspecto nunca foi encarado. Esta foi, sem dúvida, mais uma característica negativa da Idade Média.

Com o aumento do nacionalismo e as lutas religiosas dos séculos XVI e XVII começaram a aparecer na Europa os primeiros especialistas em espionagem, ministros e secretários de gabinetes que dedicaram as suas car-

reiras à organização e recolha de informações. Um dos mestres, provavelmente o melhor, foi Sir Francis Walsingham que durante muitos anos foi secretário de Estado e chefe dos serviços de espionagem da Rainha Isabel I de Inglaterra. Foi ele quem concebeu e fez executar o plano que conduziu à morte a Rainha Maria Stuart e quem conseguiu um eficaz sistema de espionagem sobre a Invencível Armada. Tal como hoje a CIA, também Sir Francis Walsingham recrutava nas Universidades os melhores alunos para os seus serviços. Pelo que fez e pelos métodos que utilizou, pode dizer-se que foi o criador do primeiro serviço profissional de informações, à volta de 1570. Foi pouco depois igualado por Richelieu, em França, que ficou a dever à informação grande parte do poder de que desfrutava.

No século XVIII, a Suécia dá um interessante exemplo do êxito que pode proporcionar a informação, para conseguir manter a sua posição de importante potência, em virtude de dispor do mais eficaz sistema de informações da Europa, jogando fortemente com as ligações protestantes durante o período de guerra e utilizando agentes e informadores de outras nacionalidades, evitando com isso possíveis embaraços.

Por mais estranho que nos possa parecer, mas os serviços de informações proporcionam surpresas, ainda não há muitos anos um ministro russo admitia: «os suecos sabem mais a nosso respeito que nós próprios».

A Suécia e de algum modo a Holanda, dos séculos XVIII e XIX, ilustram como países relativamente pequenos podem suprir muitas deficiências de poder com uma boa actividade de informações combinada com elevado espírito de organização.

Na segunda metade do século XIX a Prússia iniciou o método, mais tarde adoptado por Hitler, de saturação da área do objectivo com inúmeros espões que dificilmente falhavam na procura de informações pormenorizadas, sobre cada um dos aspectos do inimigo e da situação política. Estas redes comportavam-se também como verdadeiras quintas-colunas, sabotando estruturas e ajudando a baixar o moral da população, incutindo-lhes medo pelo próximo invasor.

No entanto, um dos melhores serviços de informações do século XIX, na Europa, foi mantido, não por um governo, mas por uma firma privada, a casa bancária Rothschild, que edificou um enorme império financeiro emprestando dinheiro a Estados e a soberanos empobrecidos. O seu êxito foi em larga medida o resultado da excelente informação que mantinha por

intermédio dos seus agentes nas principais capitais da Europa, que trocavam ou associavam, conforme fosse vantajoso, a informação política com a informação financeira.

III — A INFORMAÇÃO E A ACTIVIDADE GOVERNATIVA

Há alguns anos atrás, os estadistas tinham geralmente acesso ao conhecimento dos factos muito antes de serem do conhecimento da população, dispondo de tempo para os confirmar, para os estudar e para adoptar as medidas mais convenientes.

Hoje, a série interminável de acontecimentos importantes que ocorrem no mundo, ou em cada país, e são susceptíveis de ter interesse, dão origem a avalanchas de notícias que são difundidas por meios que anulam as distâncias e invadem pelo som e pela imagem a intimidade dos lares, chegando a toda a parte e a toda a gente.

Os governantes, embora ainda possam guardar alguns segredos, quase sempre têm que agir baseados em informações que também são do conhecimento do público, por vezes distorcidas ou tendenciosas, não podendo esperar pela evolução dos acontecimentos para tomar decisões, que logo serão criticadas.

Citando o general Pedro Cardoso em artigo publicado na revista «*Nação e Defesa*» «o homem de estado deve estar sempre esclarecido em relação a tudo o que se faz, tudo o que se pensa, tudo o que se escreve no mundo e tem de ter um sentido prospectivo da evolução dos acontecimentos para poder prever as dificuldades que se devem apresentar à conduta da acção política e para estudar ou mandar estudar as linhas de acção mais favoráveis para fazer face às dificuldades previstas para, com oportunidade e com o mínimo de improvisação, tomar a decisão ou a actividade mais adequada».

O que acontece, porém, é que os governantes, absorvidos pelas tarefas específicas dos seus departamentos, não dispõem muitas vezes nem de tempo nem de meios para conhecer o que é susceptível de directa ou indirectamente afectar as suas actividades, quer no âmbito dos seus Ministérios quer em Conselho de Ministros. Para além da pressão que sobre eles é exercida, quer pela opinião pública, quer pelos órgãos de comunicação social, os estadistas têm que estar atentos às reacções da população, dos partidos políticos e de grupos sociais, aos debates parlamentares, às contradições do interesse nacional e do interesse partidário, às reivindicações justas e não justas, às

inoperâncias da máquina burocrática, às consequências da legislação inadequada e de orçamentos insuficientes, às actividades ilegais ou ilegítimas de pessoas e de grupos, enfim, a uma avalanche de factos e de informações, normalmente de veracidade e de importância mal definidas, que muitas vezes não podem controlar.

Não sei se fui suficientemente preciso ao referir possíveis dificuldades dos governantes de hoje em dominar o que devem saber, perante o que lhes é exigido. Mas, não há dúvida de que a qualidade da acção governativa dum país depende essencialmente do rigor dos conhecimentos em que se baseia. É bem certo que não se pode planejar e actuar sobre a ignorância. A indispensabilidade de conhecer os diversos dados que influenciam uma situação, o excesso ou a carência de elementos de informação de valor indeterminado sobre novos acontecimentos, a dúvida sobre o que é verdadeiro ou não é, ou sobre o que tem interesse ou não o tem, a necessidade de inserir novos conhecimentos em situações consolidadas e a conveniência de prever possibilidades ou probabilidades de acontecimentos futuros, são factores que em permanência devem preocupar quem tem responsabilidades na condução da política.

A actividade governativa impõe aos homens de Estado frequentes decisões que têm de ser baseadas no perfeito conhecimento da situação real. Uma parte muito significativa desse conhecimento, quer no âmbito interno, quer no âmbito externo, não pode ser obtida pelas estruturas convencionais do governo, quer por falta de aptidão, quer por falta de capacidade legal.

Na realidade, quem pretenda dominar nas melhores condições a grande diversidade de factores que influenciam uma decisão política ou administrativa, necessita de serviços que trabalhem todos os elementos disponíveis e obtenham os que se tornem necessários.

As informações, que sempre tiveram decisiva importância no planeamento e na condução dos negócios políticos, em toda a sua diversidade, são hoje, no complexo mundo em que vivemos, um dos instrumentos essenciais dos governantes, que as devem considerar não só necessárias mas indiscutíveis.

Os serviços de informações existem para evitar surpresas e para fornecer a quem tem que decidir os dados que habilitem a fazê-lo com o melhor conhecimento possível da situação, isto é, existem para realizar e coordenar o trabalho de produção de informações de forma a que os dirigentes políticos possam ter sempre análises simples e racionais dos factores que

afectam a condução da política e a segurança nacional. Com o apoio de um serviço de informações, a arte de governar é menos pesada, mais acessível e pode ser praticada com apreciável economia de erros.

IV — AS INFORMAÇÕES E A DEMOCRACIA

Se tentarmos uma definição para democracia, decerto que pensamos em eleições livres, sufrágio universal, direito de reunião e de associação, liberdade de opinião e de expressão, sinais cuja presença ou ausência indicam a presença ou a ausência da democracia, tal como a entendem os povos do ocidente.

Tudo isto afinal representa liberdade. Mas, não compreender que a liberdade é em si mesma um valor, cujo exercício comporta necessariamente um lado bom e um lado mau, é demonstrar que se é decididamente refractário à cultura democrática. A liberdade implica interdependência entre o direito e as obrigações. Tem um limite, moral e prático. Deve terminar quando afecta a liberdade dos outros.

A democracia que proporciona a liberdade deve também preservá-la, garanti-la a todos os que respeitam as regras do jogo. Numa democracia moderna está a tornar-se progressivamente mais difícil definir os limites da liberdade. Qual é hoje em dia o significado de traição? Num ambiente de contestação, de agitação sindical ou estudantil, e do sempre crescente perigo de terrorismo, quais são os inimigos da democracia e da legalidade e legitimidade democrática? Quais são os que actuam em conformidade com os direitos que as leis lhes conferem e quais são os que usam a liberdade que é de todos, com desígnios ilegítimos? Quantos, dentro da perfeita legalidade, têm atitudes e desenvolvem acções contrárias à moral democrática?

Se quem tem a responsabilidade do poder não dispuser de informações que lhe permitam encontrar respostas concretas, o mais provável é que venha a encontrar o adversário de tal maneira estabelecido para cá das muralhas que, quando o problema se puser, já os processos democráticos não terão possibilidade de os solucionar.

Mas não é só por atitudes desta natureza que a liberdade pode estar em perigo. Em todos os tempos muitas formas foram aplicadas para limitar a soberania dos pequenos Estados em benefício dos grandes. E a democracia facilita tais acções.

Alianças permitindo uma hegemonia, acordos económicos que favorecem o parceiro mais forte, intervenções clandestinas nos assuntos internos de outros países, por meio de dinheiro ou agentes, assalariando ou comprando jornais, empresas, sindicatos ou políticos. Todas as grandes potências se esforçaram sempre por criar e desenvolver, em outros países, partidos políticos, sindicatos e outras organizações favoráveis aos seus interesses. Não se trata somente da espionagem, actividade que hoje somos levados a considerar normal e dirigida quase oficialmente, mas também da participação na política interna e externa de outro país, que pode ir de relações privilegiadas, abertas, reconhecidas, com um partido político ou uma central sindical, até ao auxílio dado a grupos subversivos, guerrilheiros, intelectuais extremistas, militares putchistas, camponeses ou operários revoltados, tudo o que se quiser imaginar. E hoje, ingerências destas, em que as grandes potências têm tentado ultrapassar-se umas às outras, também as fazem as pequenas potências endinheiradas e as que são satélites das grandes.

A natureza sensível das relações diplomáticas e o grau de desenvolvimento e o modo de viver dos povos livres, não permitem porém que o Estado obtenha todos os elementos de juízo necessários para regular a convivência com outros Estados e garantir a segurança interna e externa através das suas estruturas convencionais. Precisa indiscutivelmente de informação segura, especializada e classificada, que o próprio Estado deve garantir que não tem outra finalidade que não seja a de apoiar o acerto das suas decisões em benefício da comunidade. Semelhante informação só pode ser proporcionada por serviços especializados e deve abarcar todas as facetas dos interesses nacionais, ou seja, a segurança e as actividades políticas, diplomáticas, económicas e militares.

Numa verdadeira democracia, com cidadãos conscientes da sua participação nos interesses da comunidade, os serviços de informações têm ainda o dever de proporcionar informações sobre a corrupção, os erros e os vazios da administração e também devem pressionar, com lealdade e firmeza, os destinatários das informações, se não as utilizarem por não coincidirem com as suas opiniões preconcebidas, que podem ser resultado mais dos seus desejos do que da objectiva apreciação da realidade.

Creio que se pode dizer que os serviços de informações devem ter uma expansão tanto maior quanto maior for a vivência permitida em autêntica liberdade.

É evidente que me estou a referir a serviços de informações de países democráticos, pois nos grandes estados totalitários os serviços confundem-se

por vezes com diversos tipos de organizações policiais, constituindo o conjunto uma grande empresa, que serve o poder inalterável, enquanto que nos estados monopartidários mais pequenos a tarefa primordial dos serviços é geralmente garantir a manutenção do dirigente no poder.

Nas democracias, porém, os serviços de informações não têm actividades policiais, funcionam dentro dum quadro de legalidade, estão sujeitos à fiscalização dos órgãos de soberania e à crítica da opinião pública e dos órgãos de comunicação social não sujeitos a censura.

V — AS INFORMAÇÕES E A DEFESA NACIONAL

Na vida dos Estados, quer se queira quer não, joga um elemento chamado força, que pode ter diferentes significados e manifestações. Por vezes é anárquica e revolucionária e cria ou destrói Estados. Noutras ocasiões, disciplinadamente ordenada, é a garantia da sua sobrevivência. Por isso se diz que a força pode ser fonte de direito ou a sua negação. Mas, de qualquer forma, como característica comum a todas as situações, a força tende naturalmente a convergir e a polarizar-se nas instituições chamadas Forças Armadas.

As Forças Armadas constituem normalmente uma força em potência. Ante qualquer inimigo, seja interno ou externo, que procure impedir, desviar ou eliminar o direito ou a soberania, as Forças Armadas transformam-se de potência em acto para restabelecer a normalidade, e ao fazê-lo absorvem grande parte ou até a totalidade da vida nacional. Desaparecido o motivo da sua intervenção na vida política, a força volta a concentrar-se no seu estado potencial, seguindo as vicissitudes da política, até que seja de novo requerida a sua intervenção.

Seja qual for a sua capacidade e a sua natureza, a diversidade das formas de actuar do inimigo, quer em tempo chamado de paz, quer em tempo de guerra, deu origem a que hoje não se possa pensar que o escudo defensivo representado pelas forças armadas constitui uma garantia de segurança. As novas situações que provocaram a alteração do conceito clássico de guerra conduziram ao conceito de defesa nacional, que contém em si um carácter total, que interessa e implica a todos, militares e civis, e que sendo vasto e complexo tem carácter de permanência. E, porque a guerra passou a fazer-se de forma latente ou com hostilidades declaradas, o legislador foi levado a

prever situações entre a situação de paz e o estado de guerra, às quais se aplicam regimes jurídicos diferenciados, modificando-se a repartição das competências entre autoridades civis e militares, bem como a amplitude das suas prerrogativas.

A política de defesa nacional não pode ser portanto uma política de guerra, de adopção temporária. Porque a segurança nacional é uma necessidade permanente, no âmbito interno e no âmbito externo, a política de defesa nacional, que tudo envolve, terá que ser a totalidade da política do Estado considerada sob o ponto de vista da sua sobrevivência, quer inclua ou não o emprego da força.

Porque não me devo alongar em considerações sobre defesa nacional, assunto tratado noutras ocasiões com maior profundidade, aceitemos que defesa nacional é essencialmente, e em última análise, um problema de segurança, de carácter permanente, em que se admite como necessário ou indispensável o emprego da força.

Já referimos a necessidade da informação perante as actividades políticas. E, se a informação é hoje indispensável aos homens de Estado em qualquer dos ramos da governação, no que se refere à defesa nacional, tanto pela sua natureza complexa, como pelo seu carácter total, a necessidade da informação ainda mais se salienta.

Informação que é necessária à condução duma política coerente e eficaz, informação que é indispensável à adopção de medidas de segurança e informação que é necessária ao eventual emprego da força.

Concluindo, pode-se afirmar que não é legítimo pensar com seriedade em problemas de defesa nacional, sem pensar com seriedade no problema das informações a nível nacional.

VI — NOTA FINAL

Todos os serviços de informações desejarão, naturalmente, que o seu trabalho se revele útil para a tomada de decisões.

No entanto, não existe nada que force os utentes a agir de acordo com as sugestões ou conclusões dos serviços de informações. E não poderia ser de outra forma. O utilizador das informações pode ter elementos que por motivos diversos podem escapar aos serviços e assim poderá chegar mais correctamente a uma ideia que se aproxime mais do que é a verdade. Mas também há personalidades que, por obsessão, desconfiam sistematicamente

do que se lhes diz e, só confiando na sua intuição, tomam desejos por realidades.

Quando se ultrapassam as conclusões das informações e mesmo assim se obtém uma estimativa correcta, será de recomendar a quem assim procede que pondere cuidadosamente porque tal aconteceu, pois daí não deve resultar a ideia de que é suficiente consultar os astros para pôr de lado o serviço de informações.

Também às pessoas que duvidam da necessidade dum serviço de informações, por deficientes conhecimentos, por falta de lucidez ou por motivos inconfessáveis, pretendendo que se trata dum organismo que se pode sobrepor ao Estado ou que pode fazer perigar a liberdade dos cidadãos, também a essas pessoas será de recomendar que ponderem cuidadosamente e com isenção os verdadeiros motivos das suas opiniões.

Quando se negam serviços que outros países consideram indispensáveis, as pessoas que assim procedem deveriam pensar que estão a contribuir para uma deficiente acção governativa e para o comprometimento da segurança nacional.

Quando se ignoram sistematicamente as conclusões das informações, as pessoas que assim procedem deveriam reconhecer que estão a pôr de lado os dois instrumentos por intermédio dos quais o homem ocidental, desde a antiguidade clássica, tem aumentado continuamente o horizonte dos seus conhecimentos — a razão e o método científico.

Joaquim Lopes Cavalheiro
Brigadeiro